

FRANKENSTEINOMICS

Gastão Reis Rodrigues Pereira
Publicado no JB – 21 Fev 2006.

O título acima foi inspirado no best-seller de Steven D. Levitt *Freakonomics*, uma nova definição de economia, que, além de ser a ciência lúgubre, passa a ser também excêntrica para dar conta do lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta. Junte-se a isso o estudo da consultoria americana McKinsey, publicado na revista VEJA, de 07/12/2005, sobre as disfunções a que está sujeita a economia brasileira, que lhe impedem de ter um PIB três vezes maior, e estamos nos aproximando do conceito de frankensteinomics, aquele tipo de economia que, além de ser lúgubre e excêntrica, ainda tem um lado monstruoso e muito lento.

Numa entrevista ao programa Roda Viva, há quase um ano, nosso ex-ministro Bresser Pereira afirmava que, nos últimos 25 anos, a renda real per capita brasileira tinha crescido, no período, apenas 8%! É como trabalhar durante 25 anos e descobrir que seu rendimento saiu de 100 para 108. Sem dúvida, um atestado explícito de congelamento no tempo.

Por outro lado, a interrupção do processo inflacionário desde o Plano Real, em 1994, permitiu que o lado real da economia, livre da perniciosa ciranda financeira, se rearticulasse. O setor privado deu saltos espetaculares de produtividade, com capacidade de dar resposta ao desafio das exportações, que não foram acompanhados pelo setor público. Este último foi-se tornando cada vez mais pesado, como comprova a evolução da carga tributária, que saiu, em cerca de 10 anos, de 27 para 37% do PIB, com apetite para encostar agora nos 40%. Nosso conceito de frankensteinomics configura um Frankenstein muito estranho, que tem um lado galã, à la James Dean, bem ao jeito do setor privado, e um outro, feio como a necessidade, tipo Jack Pallance, aquele ator com sorriso de caveira viva. Infelizmente, o peso relativo deste último, cara do setor público, é bem maior.

É preciso acrescentar que o estudo da McKinsey imagina uma corrida de 100 metros em que a produtividade dos EUA é igual a 100. O Brasil, hoje, ocuparia um índice equivalente 18. Mas se a informalidade (comércio irregular, sonegação e desrespeito às regras), as deficiências macroeconômicas (juros altos e câmbio), a regulamentação asfixiante (custos trabalhistas e tributário inibindo investimentos), a ineficiência dos serviços públicos (educação e saúde de baixa qualidade) e a infra-estrutura (portos, estradas, ferrovias e hidrovias ineficientes) fossem colocadas nos eixos, o país saltaria de 18 para 70, triplicando sua renda per capita.

Note que esses cinco fatores do atraso estão, em última instância, ligados a uma quase falência múltipla dos órgãos governamentais no exercício de suas funções. Sabemos todos que existem limites ao aumento da carga tributária. Ao ir além, o governo abre espaço para uma distinção estranha entre sonegar e não poder pagar impostos. Converse com qualquer empresário e ele vai-lhe dizer que entre pagar aos seus funcionários e fornecedores e deixar de pagar os impostos, ele vai optar por contrair uma dívida tributária a ser empurrada

com a barriga. Cerca de 80% das empresas brasileiras convivem, há muitos anos, com débitos tri-butários. É mais do que simplista concluir que 80% dos empresários brasi-leiros são pilantras. A bem da verdade, caberia enquadrar o governo na categoria de agiota de tributos. A existência da informalidade reflete falha grave do governo, que convive com ela, mas é simplista imaginar que possa ser eliminada no chicote sem redução substancial da carga tributária direta e indireta incidente sobre as empresas.

Para ilustrar a baixíssima eficiência do governo, imagine a seguinte cena insólita. Um empresário resolve contratar um empregado e lhe diz na entrevista que se seu desempenho for excelente, razoável ou péssimo, para ele, estará sempre tudo ótimo. O leitor deve estar pensando que o referido empresário endoidou. Pois bem, esse é o critério prevalecente no setor público. Converse com qualquer prefeito fora do palanque e pergunte sobre os efeitos negativos da estabilidade na agilidade de resposta do fun-cionário público. Não é para lá de estranho que professores das universi-dades públicas façam greve por mais três meses e continuem recebendo salário pago pelo contribuinte brasileiro? O setor público é como alguém que lhe cobra o dobro para entregar a metade, ou seja, que funciona com um nível de eficiência operacional de $\frac{1}{4}$ do que poderia ser. O funcionário público, por sua vez, vem-se comportando de acordo com o incentivo com sinal trocado que recebe. Se ele não pode ser despedido e tem direito a greve remunerada, por que funcionar com diligência e presteza?

Salta aos olhos que as instituições brasileiras deixam muito a desejar em seu funcionamento. Informalidade desenfreada, deficiências macroeconômicas, regulamentação asfixiante, serviços públicos e infra-estrutura ineficientes nada mais são do que um triste retrato de institui-ções paralisantes, que nos impedem de dar passos gigantescos. O PIB pode até crescer nos próximos dois anos, mas dói saber que poderia crescer o dobro e de forma sustentada se fizéssemos uma plástica para valer no lado horroroso de nossa frankensteinomics, fazendo-a funcionar com agilidade e harmonia. A tarefa que temos pela frente é monumental e exigiria pressão popular nas ruas e plebiscitos para fazer a reforma institucional, em especial a política, de que tanto carecemos para dar carta de alforria às forças produtivas do país. Uma constituinte exclusiva não-congressual viria em boa hora.

Gastão Reis
Empresário e economista
E-mail: gastaoreis@smart30.com.br
Meu site: www.smart30.com.br